

REQUERIMENTO

URBANIZAÇÃO DE VALE DE LINHARES (2)

A situação relativa à denominada Urbanização de Vale de Linhares, na freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, vem merecendo a atenção pública, mas, sobretudo, a preocupação e indignação, dos cidadãos directamente afectados.

Depois de a 27 de Dezembro último, os Deputados subscritores terem solicitado um conjunto de esclarecimentos ao Governo Regional sobre a matéria, sem resposta até esta data, surgiram alguns desenvolvimentos que exigem uma imediata intervenção do executivo no sentido de respeitar e salvaguardar a posição e a dignidade daqueles que de boa-fé se envolveram no processo em causa.

Com efeito, verifica-se que apesar de os prédios em causa estarem concluídos há cerca de seis meses ainda não foram entregues aos promitentes-compradores, estando fechados, com as inerentes consequências, tais como humidades, portas inchadas ou bolores. Tendo, mesmo, algumas sido inundadas e já apresentarem fendas nas paredes.

Acresce que o guião construtivo não foi cumprido, fazendo com que aquilo que foi apresentado e negociado não tenha sido respeitado.

Por outro lado, a cada dia que passa sem se respeitar o que foi acordado entre as partes, os promitentes-compradores continuam a pagar renda de casa e os juros do sinal entregue aquando da celebração do contrato-promessa.

Entretanto, constata-se que aquando da assinatura da generalidade dos contratos-promessa, na segunda metade do mês de Julho de 2006, já havia sido publicada, no dia 10 do mesmo mês, a Portaria nº 696/2006, que actualizava os preços, superiores aqueles que estava referidos no contrato, sem que este tivesse sido elaborado de acordo com tais valores, ou sequer os cidadãos informados da actualização.

De facto, esta omissão iludiu os promitentes-compradores que acabam agora a ser confrontados com um aumento real de cerca de 10%, que representa as actualizações referentes aos anos de 2006 e 2007, relativamente aquilo que havia sido negociado, com os prejuízos evidentes que tal situação acarreta.

Perante tudo isto, é caricata a forma como o Governo Regional se demite de todo o processo, fazendo crer que não tem nada a ver com o assunto, remetendo-o para um problema entre a empresa e os cidadãos afectados, como ocorreu com declarações do Director Regional da tutela em declarações ao Telejornal da RTP-Açores do passado dia 15 de Janeiro.

Curiosamente, a revolta dos cidadãos em causa também assenta na circunstância de todo o processo ter decorrido perante o Governo Regional que anunciou o projecto, recebeu candidaturas e propagandeou a respectiva intervenção. Agora, que os cidadãos efectivamente precisam de quem lhes acuda perante a inesperada situação, o Governo diz que nada tem a ver com o assunto!

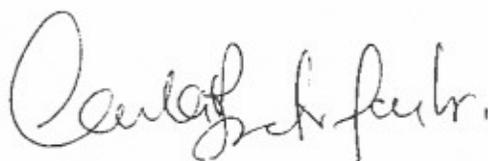
Assim, nos termos regimentais aplicáveis os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

- 1- Que medidas está a tomar o Governo Regional para resolver o problema em causa em defesa das legítimas expectativas dos cidadãos afectados?
- 2- Porque razão, nos contratos celebrados no final de Julho de 2006, não foram tidos em conta os valores actualizados através da Portaria nº 696/2006?

- 3- Considera, efectivamente, o Governo Regional, tal como o Director Regional da Habitação, que a partir daqui "o que teria de existir é entre a empresa e os próprios compradores"?
- 4- Quando é afirmado que a partir desta fase o Governo Regional nada tem a ver com o assunto, também se inclui o acto formal da entrega das chaves?

Angra do Heroísmo, 31 de Janeiro de 2008

OS DEPUTADOS,



Carla Bretão



Clélio Meneses



António Ventura

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 0505	Proc. Nº 54-08-03
Data: 08, 02, 08	Nº 342, III